

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.510.312,91	13.078.183,78	14.028.718,52	15.016.250,49
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	461.928,49	410.240,13	438.877,07	527.553,70
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	232.757,53	256.782,91	308.056,87	359.726,79
1.2.0.0.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	14.905,61	16.246,61	22.550,07	30.226,79
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	217.851,92	240.536,30	285.506,80	329.500,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	202.624,29	881.225,93	1.238.087,34	1.786.070,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	197.070,95	878.734,40	1.237.034,11	1.783.400,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	34.946,34	105.085,42	151.435,06	153.400,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	162.124,51	773.648,98	1.085.599,05	1.630.000,00
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	5.553,44	2.491,53	1.063,23	1.670,00
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	5.128,37	2.080,19	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL			0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	114.571,34	144.446,36	143.867,01	195.086,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.285.587,22	11.298.054,13	11.793.790,10	11.928.834,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	207.715,87	95.384,13	107.030,13	220.000,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	204.280,19	89.747,44	88.651,41	113.358,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	3.435,68	5.616,69	18.378,72	106.642,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.766.311,82	1.588.988,72	1.157.850,79	1.938.100,00
2.1.0.0.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	196.816,65	16.303,58	0,00	684.000,00
2.2.0.0.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	12.000,00	284.553,18	120.358,00	30.100,00
2.3.0.0.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	16.922,97	145.907,48	103.788,86	135.000,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	930.131,39	1.122.546,22	892.848,92	1.039.000,00
2.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.440,81	40.678,28	40.557,01	51.000,00
7.2.1.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	395.375,74	437.667,25	555.999,73	641.315,00
9.0.0.0.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.717.801,66	-1.844.276,08	-2.001.078,49	-2.042.881,00
	TOTAL DA RECEITA	11.354.198,81	13.261.573,67	13.741.890,55	15.553.804,49

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.339.690,19	9.387.650,14	10.221.351,39	11.270.149,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.733.008,22	5.178.185,52	5.842.795,26	6.998.468,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal Próprio	4.439.241,93	4.838.202,67	5.408.223,11	6.500.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal de R P P S	293.767,29	339.982,85	434.572,15	498.468,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.767,90	45.822,38	30.650,15	21.416,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	59.767,90	45.822,38	30.650,15	21.416,00
3.2.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS		0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.546.913,07	4.163.832,24	4.347.905,98	4.252.265,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.530.151,55	4.133.021,04	4.270.988,68	4.210.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	16.761,52	30.811,20	76.917,30	42.265,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.160.248,28	1.285.413,46	2.382.882,98	2.090.853,00
4.1.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	827.439,06	988.323,32	2.164.666,80	1.850.000,00
4.1.00.00.00.00	Investimentos	827.439,06	988.323,32	2.164.666,80	1.850.000,00
4.1.00.00.00.00	Investimentos RPPS				
4.5.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	148.153,48	111.581,78	122.317,80	120.553,00
4.5.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	148.153,48	111.581,78	122.317,80	120.553,00
4.5.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras				
4.6.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA PÚBLICA	186.655,72	185.508,36	95.878,36	120.000,00
					24.378,49
9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				2.168.724,00
9.9.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS				
	TOTAL DA DESPESA	9.499.938,46	10.673.063,60	12.604.214,35	13.553.804,49
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2013	2014	2015	2016
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	13.000.000,00	12.240.000,00	14.155.795,00	16.277.195,14
	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.074.500,00	769.500,00	885.501,00	1.233.400,00
	Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	684.000,00
	Receita de Alienação de Bens	245.000,00	68.419,85	160.000,00	50.000,00
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos	26.000,00	165.000,00	104.000,00	135.000,00
	Despesa Fixada (de lei de orçamento)	13.000.000,00	12.240.000,00	14.155.795,00	16.277.195,14
	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	57.600,00	30.100,00	147.800,00
	Amortização da Dívida	135.000,00	194.200,00	97.900,00	169.000,00
	Concessão de Empréstimos	146.500,00	162.800,00	100.400,00	144.800,00

Município de: NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	211.642,38	118.427,80	693.564,00	492.857,00	208.525,48	250.000,00
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	2.215.013,34	1.775.557,78	810.000,00	600.000,00	790.000,00	733.333,33
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(107.043,00)	(581.474,52)	(483.333,33)
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	(107.043,00)	(581.474,52)	(483.333,33)
(6) Resultado Nominal				(107.043,00)	(474.431,52)	98.141,18

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	16.303,56	-	684.000,00	-	-	-
2.2 Encargos	45.822,38	30.650,15	21.416,00	90.000,00	104.316,35	120.234,29
2.3 Amortizações	185.508,36	95.878,36	120.000,00	200.607,00	232.516,50	267.996,88

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:tt e mm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude de realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Handwritten signature and initials.

Município de : NOVA BOA VISTAS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2017

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA					REESTIMADO		PROJETADO		Valores em R\$ 1,00
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.510.312,91	13.078.455,78	14.029.718,62	15.016.250,49	15.788.300,15	17.602.618,13	18.534.255,98			
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	461.926,49	410.240,13	438.877,07	527.553,70	709.221,77	766.317,34	828.202,25			
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	232.757,53	256.785,91	308.056,87	359.755,79	402.395,01	437.815,50	475.702,81			
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	14.905,61	16.246,61	22.550,07	30.225,79	32.185,42	34.432,17	36.844,34			
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - R P P S	217.851,92	240.539,30	285.506,80	329.530,00	370.209,59	403.383,33	438.858,47			
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	202.624,29	881.225,93	1.238.097,34	1.785.070,00	1.909.520,07	2.000.643,49	2.092.918,73			
1.3.0.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	187.070,35	878.734,40	1.237.034,11	1.783.400,00	1.907.741,86	1.988.741,15	2.090.883,11			
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	34.846,34	105.085,42	151.435,06	153.400,00	191.514,06	200.650,12	209.900,09			
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	182.124,51	773.648,98	1.085.599,05	1.630.000,00	1.716.227,00	1.788.091,03	1.880.983,02			
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	5.553,44	2.491,53	1.063,23	1.670,00	1.778,21	1.502,34	2.035,61			
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	5.128,37	2.089,19	-	-	-	-	-			
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-			
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	114.571,34	144.446,36	143.887,01	196.065,00	257.705,84	275.695,37	298.009,40			
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.285.697,22	11.288.054,13	11.795.790,10	11.928.834,00	13.225.206,28	13.871.535,36	14.874.295,21			
1.8.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	207.716,57	95.384,13	107.090,73	220.000,00	294.249,19	250.695,06	266.164,56			
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	204.280,19	89.747,44	88.651,41	113.368,00	120.703,99	129.128,22	136.175,46			
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	3.436,48	5.616,69	18.378,72	106.632,00	113.545,20	121.476,84	129.989,12			
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.166.311,82	1.589.988,72	1.157.550,79	1.939.100,00	905.304,69	968.500,81	1.035.349,80			
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	196.816,65	16.303,56	-	684.000,00	-	-	-			
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIEIACAO DE BENS	12.000,00	284.553,18	120.358,00	30.100,00	150.000,00	180.470,97	171.712,88			
2.3.0.0.00.00.00.00	AUMENTACAO DE EMPRESTIMOS	16.922,97	145.307,48	103.736,26	135.000,00	201.000,00	215.031,10	230.096,25			
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	930.131,36	1.122.546,22	692.848,92	1.039.000,00	500.000,00	554.903,24	572.378,25			
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.440,81	40.878,28	40.557,01	51.000,00	54.304,69	58.095,50	62.165,43			
7.2.1.0.00.00.00.00	RECEITAS Intra Organizacionais - RPPS	395.575,74	437.897,35	555.694,73	753.687,00	709.020,00	772.563,67	840.505,01			
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.717.801,66)	(1.844.276,68)	(2.001.078,49)	(2.042.981,00)	(2.175.283,94)	(2.327.072,23)	(2.569.104,37)			
	TOTAL DA RECEITA	11.354.166,81	13.281.573,67	13.741.890,55	15.553.804,49	16.227.400,00	17.816.503,38	17.921.007,42			

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS									
	REALIZADA 2013	REALIZADA 2014	REALIZADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019			
3.0.00.00.00.00										
3.1.00.00.00.00	8.339.690,19	9.387.650,14	10.221.351,39	11.270.149,00	12.893.662,59	14.114.799,68	15.653.043,20			
3.1.00.00.00.00	4.733.009,22	5.178.195,52	5.842.795,28	6.996.488,00	8.117.557,14	9.248.139,63	10.600.377,80			
3.1.00.00.00.00	4.439.243,93	4.838.202,67	5.408.223,11	6.500.000,00	7.541.536,87	8.591.893,46	9.848.177,07			
3.1.00.00.00.00	293.767,29	339.922,85	434.872,15	496.488,00	576.020,27	656.246,18	752.200,73			
3.2.00.00.00.00	59.767,90	45.822,38	30.660,15	21.416,00	90.000,00	104.316,35	120.234,29			
3.2.00.00.00.00	59.767,90	45.822,38	30.660,15	21.416,00	90.000,00	104.316,35	120.234,29			
3.3.00.00.00.00	3.546.913,07	4.183.632,24	4.347.805,99	4.252.265,00	4.686.105,45	4.762.343,70	4.832.431,12			
3.3.00.00.00.00	3.530.151,55	4.133.021,04	4.270.988,68	4.210.000,00	4.642.939,66	4.718.475,65	4.787.917,45			
3.3.00.00.00.00	16.761,52	30.611,20	76.817,30	42.265,00	43.165,79	43.868,06	44.513,66			
4.0.00.00.00.00	1.166.249,26	1.286.413,46	2.382.862,96	2.090.553,00	878.970,57	963.363,79	1.054.452,46			
4.0.00.00.00.00	827.439,06	988.323,32	2.154.666,80	1.850.000,00	550.000,00	593.522,05	639.509,92			
4.0.00.00.00.00	827.439,06	988.323,32	2.154.666,80	1.850.000,00	550.000,00	593.522,05	639.509,92			
4.4.00.00.00.00										
4.4.00.00.00.00										
4.4.00.00.00.00	146.153,48	111.581,78	122.317,80	120.553,00	128.364,57	137.325,24	146.945,66			
4.5.00.00.00.00	146.153,48	111.581,78	122.317,80	120.553,00	128.364,57	137.325,24	146.945,66			
4.5.00.00.00.00										
4.5.90.96.00.00	186.655,72	185.508,36	95.876,38	24.378,49	200.606,00	232.516,50	267.996,88			
4.6.00.00.00.00										
9.9.99.99.99.99.01										
9.9.99.99.99.99.02										
	9.499.938,45	10.673.063,60	12.804.214,35	16.553.804,49	16.227.400,00	17.016.803,38	17.921.007,42			
TOTAL DA DESPESA										

Handwritten signature and initials.

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2014	2015	2016	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	6,40%	10,67%	7,22%	5,29%	4,77%	4,61%
VARIAÇÃO DO PIB	0,10%	-3,80%	-3,25%	1,13%	2,11%	2,29%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-0,61%	2,16%	8,25%	3,27%	4,56%	5,36%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	10,89%	-2,44%	-6,17%	-3,00%	-3,00%	-3,00%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	-17,69%	0,11%	16,24%	-0,45%	1,00%	1,00%
CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	3,25%	-2,39%	-2,82%	-0,66%	-1,96%	-1,81%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	3,62%	0,00%	4,28%	6,71%	4,00%	4,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	12,94%	112,15%	-18,51%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	11,70%	14,25%	14,09%	11,81%	10,63%	10,18%
PIB / RS (em R\$ milhões)	360.496	392.248	380.449	450.965	493.197	537.405

Os parâmetros acima, obtidos do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 22/07/2016, foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF. ARREC. TRIBUT.	CRESC. REC. TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P.M.	X	X				
Receita de Contribuições - R.P.P.S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X	X				
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P.M	X	X				
Outras Receitas Correntes - R.P.P.S	X					
Operações de Crédito	X					
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X				X	
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X					
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIADOS	CRESC. SALARIAL	AUMENTO INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	X		X		
Pessoal do R.P.P.S	X	X		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					X
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X					
Investimentos RPPS	X				X	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					X

Município de NOVA BOA VISTA/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2017

ANIF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	16.227.400	15.412.100	0,004%	17.016.603	15.425.839	0,003%	17.921.007	15.529.774	0,003%
Receitas Primárias (I)	13.968.658	13.266.842	0,003%	14.642.360	13.273.548	0,003%	15.428.316	13.369.688	0,003%
Despesa Total	16.227.400	15.412.100	0,004%	17.016.603	15.425.839	0,003%	17.921.007	15.529.774	0,003%
Despesas Primárias (II)	15.808.429	15.014.178	0,004%	16.542.445	14.996.007	0,003%	17.385.831	15.066.007	0,003%
Resultado Primário (I - II)	(1.839.771)	(1.747.337)	0,000%	(1.900.085)	(1.722.459)	0,000%	(1.957.514)	(1.696.320)	0,000%
Resultado Nominal	(107.043)	(101.665)	0,000%	(474.432)	(430.080)	0,000%	98.141	85.046	0,000%
Dívida Pública Consolidada	492.957	468.190	0,000%	208.525	189.032	0,000%	250.000	216.642	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(107.043)	(101.665)	0,000%	(581.475)	(527.117)	0,000%	(483.333)	(418.841)	0,000%
Receitas Primárias Adividas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2013, 2014 e 2015) e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao Índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,13 %, 2,11 % e 2,29 % e das taxas de inflação (IPCA), de 5,29%, 4,77% e 4,61 %, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 22/07/2016.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2017. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 22/07/2016.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 16.227.400,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.907.741,86), das resultantes de Operações de Crédito (R\$0,00), das Aliações de Bens (R\$ 150.000,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$201.000,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 13.968.658,00.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 16.227.400,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 25.211,93, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 128.364,57, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 200.606,00, tem-se que as despesas primárias para 2017 foram previstas em R\$ 15.808.429,00.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2017 que foi inicialmente prevista em R\$ (1.839.771). Ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

9

10

Município de : NOVA BOA VISTA/RB
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	2.909.018	2.762.862	0,001%	3.095.517	2.806.139	0,001%	3.290.337	2.851.301	0,001%
Receitas Primárias RPPS (i)	1.192.791	1.132.862	0,000%	1.297.426	1.176.139	0,000%	1.409.354	1.221.301	0,000%
Despesa Total RPPS	2.909.018	2.762.862	0,001%	3.095.517	2.806.139	0,001%	3.290.337	2.851.301	0,001%
Despesas Primárias RPPS (ii)	2.909.018	2.762.862	0,001%	3.095.517	2.806.139	0,001%	3.290.337	2.851.301	0,001%
Resultado Primário RPPS (i - ii)	(1.716.227)	(1.630.000)	0,000%	(1.798.091)	(1.630.000)	0,000%	(1.880.983)	(1.630.000)	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Q

OP

Município de : NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	13.318.382	12.649.238	0,003%	13.921.087	12.619.701	0,003%	14.630.671	12.678.473	0,003%
Receitas Primárias (I)	12.775.867	12.133.980	0,003%	13.344.834	12.097.409	0,003%	14.018.963	12.148.387	0,003%
Despesa Total	13.318.382	12.649.238	0,003%	13.921.087	12.619.701	0,003%	14.630.671	12.678.473	0,003%
Despesas Primárias (II)	12.899.412	12.251.317	0,003%	13.446.928	12.189.969	0,003%	14.095.494	12.214.706	0,003%
Resultado Primário (I - II)	(123.544)	(117.337)	0,000%	(101.994)	(92.459)	0,000%	(76.531)	(66.320)	0,000%

Fonte: Sistema «Nome», Unidade Responsável «Nome», Data da emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh:mm»

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.
 Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excluídas as receitas e despesas previdenciárias).
 A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

9

[Handwritten signature]

Município de : NOVA BOA VISTARS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	14.155.795	0,004%	13.741.891	0,004%	(413.904)	-2,92%
Receita Primárias (I)	13.006.294	0,003%	12.321.905	0,003%	(684.389)	-5,26%
Despesa Total	14.155.795	0,004%	12.604.214	0,003%	(1.551.581)	-10,96%
Despesa Primárias (II)	13.927.395	0,004%	12.355.368	0,003%	(1.572.027)	-11,29%
Resultado Primário (I-II)	(921.101)	0,000%	(33.463)	0,000%	887.638	-96,37%
Resultado Nominal	(1.424.442)	0,000%	346.241	0,000%	1.770.683	-124,31%
Dívida Pública Consolidada	163.976	0,000%	118.428	0,000%	(45.548)	-27,78%
Dívida Consolidada Líquida	(1.424.442)	0,000%	(1.657.130)	0,000%	(232.688)	16,34%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2015), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ (33.463,00), valor 96,37% << superior >> à meta estabelecida, que era de R\$ (921.101,00).

O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << não foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 12.321.905,00, << frustrando >> em 5,26% a projeção para o período de R\$ 13.006.294,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 12.355.368,00, estabelecendo-se 11,29% << abaixo >> da previsão orçamentária. Não obstante a sua << expansão >>, corresponderam a 100,28% do total das receitas primárias << comprometendo >>, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho << desfavorável >> apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um << déficit >> aproximado de 9% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2015 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que << frustraram >> a expectativa.

A dívida consolidada totalizou R\$ 118.428,00 valor 27,78% << inferior >> ao saldo de R\$ 163.976,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do << diminuição >> dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2015 R\$ 95.878,36, valor 2% << menor >> que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 97.900,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2015, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ (1.424.442). Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ (1.657.130,18) que, comparado com o montante apurado ao final de 2014, apresentou um resultado nominal de R\$ 346.442,00, que ficou << abaixo >> da previsão inicial da LDO.

9

Município de : NOVA BOA VISTAS/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2017

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	12.240.000	14.155.795	15,65%	16.277.195	14,99%	16.227.400	-0,31%	17.016.603	4,86%	17.921.007	5,31%
Receitas Primárias (I)	11.237.030	13.006.294	15,74%	14.174.795	8,98%	13.968.668	-1,45%	14.642.360	4,82%	15.428.316	5,37%
Despesa Total	12.240.000	14.155.795	15,65%	16.277.195	14,99%	16.227.400	-0,31%	17.016.603	4,86%	17.921.007	5,31%
Despesas Primárias (II)	11.825.400	13.927.395	17,78%	15.815.595	13,56%	15.808.429	-0,05%	16.542.445	4,64%	17.385.831	5,10%
Resultado Primário (I - II)	(588.370)	(921.101)	56,55%	(1.640.800)	78,13%	(1.839.771)	12,13%	(1.900.085)	3,28%	(1.957.514)	3,02%
Resultado Nominal	(224.574)	(1.424.442)	534,29%	(307.643)	-78,40%	(107.043)	-65,21%	(474.432)	343,22%	98.141	-120,69%
Dívida Pública Consolidada	1.008.838	163.976	-83,75%	642.357	291,74%	492.957	-23,26%	208.525	-57,70%	250.000	19,89%
Dívida Consolidada Líquida	(224.574)	(1.424.442)	534,29%	(307.643)	-78,40%	(107.043)	-65,21%	(581.475)	443,22%	(483.333)	-16,88%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	14.524.030	15.177.843	4,50%	16.277.195	7,24%	15.412.100	-5,31%	15.425.839	0,09%	15.529.774	0,67%
Receitas Primárias (I)	13.333.902	13.945.348	4,59%	14.174.795	1,65%	13.266.842	-6,41%	13.273.548	0,05%	13.369.688	0,72%
Despesa Total	14.524.030	15.177.843	4,50%	16.277.195	7,24%	15.412.100	-5,31%	15.425.839	0,09%	15.529.774	0,67%
Despesas Primárias (II)	14.032.064	14.932.953	6,42%	15.815.595	5,91%	15.014.179	-5,07%	14.996.007	-0,12%	15.066.007	0,47%
Resultado Primário (I - II)	(698.162)	(987.604)	41,46%	(1.640.800)	66,14%	(1.747.337)	6,49%	(1.722.459)	-1,42%	(1.696.320)	-1,52%
Resultado Nominal	(266.480)	(1.527.287)	473,13%	(307.643)	-79,86%	(101.665)	-66,95%	(430.080)	323,04%	85.046	-119,77%
Dívida Pública Consolidada	1.197.091	175.815	-85,31%	642.357	265,36%	468.190	-27,11%	189.032	-59,62%	216.642	14,61%
Dívida Consolidada Líquida	(266.480)	(1.527.287)	473,13%	(307.643)	-79,86%	(101.665)	-66,95%	(527.117)	418,48%	(418.841)	-20,54%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2017), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), bem como para os três seguintes (2017, 2018 e 2019), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	17.363.505,49	96,15%	15.534.860,75	89,47%	13.796.221,03	88,81%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	695.705,39	3,85%	1.828.644,74	10,53%	1.738.639,72	11,19%
TOTAL	18.059.210,88	100,00%	17.363.505,49	100,00%	15.534.860,75	100,00%

RÉGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	(1.837.922,27)	114,86%	(1.528.064,45)	83,14%	(830.099,91)	54,32%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	234.951,61	-14,66%	(309.857,82)	16,86%	(697.964,54)	45,68%
TOTAL	(1.602.970,66)	100,00%	(1.837.922,27)	100,00%	(1.528.064,45)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	15.525.583,22	94,34%	14.006.796,30	90,22%	12.966.121,12	92,57%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	930.657,00	5,66%	1.518.786,92	9,78%	1.040.675,18	7,43%
TOTAL	16.456.240,22	100,00%	15.525.583,22	100,00%	14.006.796,30	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 851/2005, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Previdência Social, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2013 a 2015, aponta que o saldo patrimonial << aumentou >> de R\$ 14.006.796,30 em 31.12.2013 para R\$ 16.456.240,22 em 31.12.2015.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2015 com << superavit >>, cujo principal fator foi a realização de despesas/Variações Patrimoniais Diminutivas abaixo do projetado.

Q

de

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013			
RECEITAS DE CAPITAL	120.358,00	264.553,18	39.525,25
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	120.358,00	264.553,18	39.525,25
Alienação de Bens Móveis	120.358,00	248.553,18	12.000,00
Alienação de Bens Imóveis		16.000,00	27.525,25
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	12.524,55		
TOTAL	132.882,55	264.553,18	39.525,25
DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	277.987,36	76.555,25	12.000,00
Investimentos	277.987,36	76.555,25	12.000,00
Inversões Financeiras	-		
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	277.987,36	76.555,25	12.000,00
SALDO FINANCEIRO			
	70.418,37	215.523,18	27.525,25

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2043 e 2015).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : NOVA BOA VISTAR/S
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

	2013	2014	2015
RECEITAS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	304.911,99	971.616,69	1.323.932,25
RECEITAS CORRENTES	383.411,91	1.019.801,97	1.389.484,57
Receita de Contribuições dos Segurados	217.851,92	240.536,30	286.506,80
Pessoal Civil	217.851,92	240.536,30	285.506,80
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições	162.124,51	773.648,98	1.085.599,05
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	3.435,48	5.616,69	18.378,72
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.435,48	5.616,69	18.378,72
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(78.499,92)	(48.185,28)	(65.552,32)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	395.375,74	437.667,25	555.699,73
RECEITAS CORRENTES	395.375,74	437.667,25	555.699,73
Receita de Contribuições	395.375,74	437.667,25	555.699,73
Patronal	252.782,34	279.386,22	335.081,03
Pessoal Civil	252.782,34	279.386,22	335.081,03
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial	142.593,40	158.281,03	220.618,70
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	700.287,73	1.409.283,94	1.879.631,98

<u>DESPESAS</u>		2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes		-	-	-
Despesas de Capital		-	-	-
PREVIDÊNCIA		310.528,81	370.604,05	511.489,45
Pessoal Civil		293.767,29	339.992,85	434.572,15
Pessoal Militar				
Outras Despesas Previdenciárias		16.761,52	30.611,20	76.917,30
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		16.761,52	30.611,20	76.917,30
Demais Despesas Previdenciárias		-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes		-	-	-
Despesas de Capital		-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)		310.528,81	370.604,05	511.489,45

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) 389.758,92 1.038.679,89 1.368.142,53

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>		2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano Financeiro		-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-	-	-
Recursos para Formação de Reserva		-	-	-
Outros Aportes para o RPPS		-	-	-
Plano Previdenciário		-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		-	-	-
Outros Aportes para o RPPS		-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 1.144.000,00 899.000,00 916.551,20
BENS E DIREITOS DO RPPS 7.166.600,55 8.205.280,46 9.576.318,88

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2015.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2017

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

O	REC. PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESP. PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2016	1.286.219,71	536.394,04	749.825,67	1.485.606,01
2017	1.289.738,75	559.854,36	729.884,39	2.304.626,76
2018	1.300.295,90	630.235,32	670.060,58	3.112.964,95
2019	1.136.959,99	724.076,60	412.883,39	3.712.626,23
2020	1.151.036,18	817.917,88	333.118,30	4.268.502,11
2021	1.165.112,37	911.759,16	253.353,21	4.777.965,44
2022	1.175.669,52	982.140,12	193.529,40	5.258.172,77
2023	1.179.188,56	1.005.600,44	173.588,12	5.747.251,26
2024	1.189.745,71	1.075.981,40	113.764,31	6.205.850,64
2025	1.193.264,76	1.099.441,72	93.823,04	6.672.024,72
2026	1.203.821,90	1.169.822,68	33.999,22	7.106.345,42
2027	1.214.379,04	1.240.203,64	-25.824,60	7.506.901,55
2028	1.224.936,19	1.310.584,60	-85.648,41	7.871.667,23
2029	1.235.493,33	1.380.965,56	-145.472,23	8.198.495,04
2030	1.246.050,48	1.451.346,52	-205.296,04	8.485.108,70
2031	1.263.645,72	1.568.648,12	-305.002,40	8.689.212,82
2032	1.274.202,86	1.639.029,08	-364.826,22	8.845.739,37
2033	1.277.721,91	1.662.489,40	-384.767,49	8.991.716,24
2034	1.302.355,24	1.826.711,64	-524.356,40	9.006.862,82
2035	1.305.874,29	1.850.171,96	-544.297,67	9.002.976,91
2036	1.305.874,29	1.850.171,96	-544.297,67	8.998.857,86
2037	1.316.431,44	1.920.552,92	-604.121,48	8.934.667,85
2038	1.319.950,48	1.944.013,24	-624.062,76	8.846.685,16
2039	1.330.507,63	2.014.394,20	-683.886,57	8.693.599,70
2040	1.326.988,58	1.990.933,88	-663.945,30	8.551.270,38
2041	1.316.431,44	1.920.552,92	-604.121,48	8.460.225,13
2042	1.305.874,29	1.850.171,96	-544.297,67	8.423.540,96
2043	1.316.431,44	1.920.552,92	-604.121,48	8.324.831,94
2044	1.275.113,86	1.595.821,76	-320.707,90	8.503.613,96
2045	1.282.151,96	1.642.742,40	-360.590,44	8.653.240,36
2046	1.275.113,86	1.595.821,76	-320.707,90	8.851.726,88
2047	1.268.075,76	1.548.901,12	-280.825,36	9.102.005,13
2048	1.257.518,62	1.478.520,16	-221.001,54	9.427.123,90
2049	1.250.480,52	1.431.599,52	-181.119,00	9.811.632,33
2050	1.239.923,38	1.361.218,56	-121.295,18	10.279.035,09
2051	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	10.874.188,38
2052	1.215.290,04	1.196.996,32	18.293,72	11.544.933,40
2053	1.225.847,19	1.267.377,28	-41.530,09	12.196.099,31
2054	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	12.906.276,45
2055	1.236.404,33	1.337.758,24	-101.353,91	13.579.299,13
2056	1.236.404,33	1.337.758,24	-101.353,91	14.292.703,17
2057	1.236.404,33	1.337.758,24	-101.353,91	15.048.911,45
2058	1.236.404,33	1.337.758,24	-101.353,91	15.850.492,22
2059	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	16.779.932,94
2060	1.215.290,04	1.196.996,32	18.293,72	17.805.022,63
2061	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	18.851.735,17
2062	1.225.847,19	1.267.377,28	-41.530,09	19.941.309,19
2063	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	21.116.198,92
2064	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	22.361.582,04
2065	1.222.328,14	1.243.916,96	-21.588,82	23.681.688,14
2066	1.229.366,24	1.290.837,60	-61.471,36	25.041.118,07
2067	1.236.404,33	1.337.758,24	-101.353,91	26.442.231,24
2068	1.253.999,57	1.455.059,84	-201.060,27	27.827.704,85

2069	1.261.037,67	1.501.980,48	-240.942,81	29.256.424,33
2070	1.264.556,72	1.525.440,80	-260.884,08	30.750.925,71
2071	1.289.190,05	1.689.663,04	-400.472,99	32.195.508,26
2072	1.289.190,05	1.689.663,04	-400.472,99	33.726.765,77
2073	1.289.190,05	1.689.663,04	-400.472,99	35.349.898,72
2074	1.299.747,20	1.760.044,00	-460.296,80	37.010.595,85
2075	1.303.266,24	1.783.504,32	-480.238,08	38.750.993,52
2076	1.313.823,39	1.853.885,28	-540.061,89	40.535.991,24
2077	1.310.304,34	1.830.424,96	-520.120,62	42.448.030,09
2078	1.317.342,44	1.877.345,60	-560.003,16	44.434.908,74
2079	1.324.380,53	1.924.266,24	-599.885,71	46.501.117,55
2080	1.334.937,68	1.994.647,20	-659.709,52	48.631.475,09
2081	1.334.937,68	1.994.647,20	-659.709,52	50.889.654,07
2082	1.341.975,77	2.041.567,84	-699.592,07	53.243.441,24
2083	1.334.937,68	1.994.647,20	-659.709,52	55.778.338,20
2084	1.327.899,58	1.947.726,56	-619.826,98	58.505.211,51
2085	1.317.342,44	1.877.345,60	-560.003,16	61.455.521,04
2086	1.310.304,34	1.830.424,96	-520.120,62	64.622.731,68
2087	1.299.747,20	1.760.044,00	-460.296,80	68.039.798,79
2088	1.282.151,96	1.642.742,40	-360.590,44	71.761.596,27
2089	1.275.113,86	1.595.821,76	-320.707,90	75.746.584,15
2090	1.285.671,00	1.666.202,72	-380.531,72	79.910.847,48

Fonte: Avaliação Atuarial realizada pela empresa AUDITEC

Nota: A coluna "d" saldo financeiro do exercício está sendo corrigida com taxa atuarial de 6% a.a.

2

Município de : NOVA BOA VISTA/RN
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2017

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU	Desconto	Proprietários de Imóveis Urbanos	6.100,00	6.390,97	6.685,59	
		Proprietários de Imóveis Urbanos	8.200,00	8.591,14	8.987,19	Vide Obsevação
TOTAL			14.300,00	14.982,11	15.672,79	-

Fonte: Setor Tributário Município de Nova Boa vista

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2017 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2018 e 2019, foram calculados a partir dos valores de 2017, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2018: 4,77%

Inflação para 2019: 4,61%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Município de : NOVA BOA VISTARS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	Valor Previsto 2017	R\$ 1,00
EVENTO		
Aumento Permanente da Receita	777.946,09	
Decorrente de Receitas Tributárias	146.035,22	
Decorrente de Transferências Correntes	631.910,88	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEB	(23.084,33)	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	754.861,76	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	754.861,76	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	911.645,56	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	713.245,30	
Relativas a Outras Despesas Correntes	198.400,26	
Novas DOCC geradas por PPP	SEM MARGEM	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2017 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2016-2017.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2016-2017 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	10.000,00	Abertura de créditos adicionais apartir da reserva de contingência	30.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	20.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	30.000,00	SUBTOTAL	30.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais apartir da reserva de Contingência	134.935,15
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	114.935,15		
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	134.935,15	SUBTOTAL	134.935,15
TOTAL	164.935,15	TOTAL	164.935,15

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

R